

A D U F E R P E

EDITORIAL

O Governo Lula qual trator sem rumo, vem atropelando as conquistas históricas feitas ao longo dos anos através do ANDES – SN.

A edição desordenada de Projetos de Lei (PL), Notas Técnicas (NT), Instrução Normativa (IN), Medidas Provisórias (MP), Projetos de Emendas à Constituição (PEC), que vêm sendo editadas uma atrás da outra, não dando tempo aos dirigentes sindicais do ANDES –SN e muito menos às Associações Docentes (AD's) a assimilá-las e sentir os impactos sobre a classe docente, pois quando se está avaliando uma já surge uma nova!

Nas reuniões agendadas entre o ANDES–SN e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), os assuntos inerentes à classe docente são tratados de forma leviana e autoritária e, em alguns casos, patéticos como foi dito pelo atual Secretário de Recurso Humanos (SRH), Sr. Duvanier, do MPOG ao afirmar tal “pérola” quando foi argüido, sobre a situação dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que são aposentados (que não devem ser confundidos, pejorativamente, como inativos), os quais já vem sendo prejudicados a longo tempo, afirmou. “Não cabe nos ocupar deles. Temos compromisso é com a regulamentação relativa aos que estão na ativa, inseridos na produção. Aposentado, aposentou” (Sic).

A que ponto chegamos! Será que esse Sr.

Duvanier, todo poderoso e no momento representando o Sr. Ministro Paulo Bernardo, do MPOG, um dia não irá se aposentar? Talvez não, deva virar uma múmia que integrará a fauna do MPOG! Será que poderemos fazer um exercício de futurologia para os colegas docentes que amanhã irão se aposentar?

Desta forma, estamos conclamando e alertando os nossos colegas em atividade, para que se engajem à luta nacional pela manutenção de nossas conquistas, as quais, cada dia mais, estão sendo dilapidadas por um Governo que não tem nenhum compromisso com uma educação de boa qualidade, com professores remunerados condignamente e com alunos realmente sendo ensinados para os atuais padrões de qualidade que o mercado necessita no momento e, muito mais no futuro.

Lutem caros colegas, se engajem à luta sindical para, pelo menos, termos uma aposentadoria condigna. **A Diretoria** estando presentes 186 participantes entre delegados, observadores e membros da diretoria do ANDES -SN. Pela primeira vez, o CONAD foi realizado pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (SINDUTF-PR). Na abertura, o presidente da SINDUTF-PR, Edson Fagundes, saudou os presentes e destacou que, em 2009, a seção sindical completa 18 anos de fundação. Além disso, neste ano também é comemorado o centenário da educação tecnológica no Brasil. *Cristiane Trevisan*

A Diretoria

CÂMARA APROVA PEC QUE AUMENTA RECURSOS DA EDUCAÇÃO

A proposta deve representar R\$ 7 bilhões a mais para o setor em 2010 e R\$ 10,5 bilhões a partir de 2011.

O Plenário concluiu, nesta quarta-feira, a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição 277/08, do Senado, que acaba gradualmente com a incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o dinheiro do governo federal destinado à Educação. A PEC foi aprovada na forma de substitutivo de comissão especial, de autoria do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). Atualmente, a DRU é descontada da arrecadação dos tributos e contribuições federais no índice de 20%.

De acordo com o substitutivo, ela será gradualmente reduzida ao longo de três anos para o setor educacional. Em 2009 e 2010, serão descontados, respectivamente, 12,5% e 5%.

Já em 2011, não haverá mais a incidência da DRU sobre os recursos que a União deve direcionar à Educação. Eles são estipulados, pela Constituição, em 18% da arrecadação federal. Os estados, o Distrito Federal e os municípios devem destinar 25% dos seus tributos ao setor.

O único destaque votado nesta quarta-feira, de autoria do PPS, foi rejeitado por 329 votos a 82. O partido queria retirar da PEC o caráter gradativo, o que permitiria o fim imediato da DRU sobre a Educação já a partir da promulgação da futura emenda constitucional. Fonte: *Por Sônia Baiocchi. Agência Câmara.*

PRESIDENTE DO ANDES-SN REFORÇA LUTA POR APENAS UMA LINHA NO CONTRACHEQUE



Representantes do ANDES - SN, no Congresso Nacional Defesa do Piso Salarial Nacional. 17/09/2009. Fonte: ANDES/SN

Ampliar a luta histórica do ANDES-SN por apenas uma linha no contracheque dos docentes. Esse foi o chamado que o presidente do Sindicato Nacional, **Ciro Correia**, fez para os professores da Universidade de Brasília – UnB, na quarta-feira (9/9), durante a assembléia em que eles aprovaram o indicativo de greve para 14/9, em protesto contra a redução salarial da categoria, provocada pelo ato do reitor José Geraldo de Souza Junior que abre espaço para que se efetive a determinação intempestiva do Tribunal de Contas da União - TCU que suspende o pagamento isonômico da URP para docentes e técnicos-administrativos naquela universidade.

A conquista da URP de modo isonômico para todos foi uma vitória dos docentes e servidores da UNB, nos anos 90, quando o então reitor Ibañez Ruiz determinou, com base na autonomia universitária, prevista na Constituição, que o pagamento fosse feito para todos os servidores e não apenas para os que obtiveram o ganho desse direito em juízo. Todos os questionamentos do governo e do TCU à época foram derrubados por decisões judiciais dos tribunais superiores a favor dos servidores, e é sobre esses direitos que mais uma vez se procura investir.

“O ANDES-SN vem lutando pela incorporação das gratificações ao vencimento básico justamente para que os governos não possam, quando bem entendem, retirar esses direitos dos docentes. Foi justamente por ter mantido diferentes alíneas nos contra cheques, que não se vinculam ao vencimento

básico, que o TCU interveio alegando que não cabia continuar pagando a URP de modo isonômico. E foi em decorrência dessa ação que a reitoria, de modo precipitado, abriu espaço para que a determinação fosse cumprida, mesmo quando existem formas de se contrapor ao entendimento do TCU, face ao já transitado em julgado a favor dos servidores. Isso mostra com clareza a importância da categoria não respaldar “acordos” que mantenham gratificações e retribuições, como foi feito em 2008, mesmo sem a aprovação de nossas assembléias e com clara oposição do ANDES-SN”, afirmou **Ciro Correia**.

O presidente do ANDES-SN alertou também para a importância de se relacionar o que está ocorrendo na UnB com o ataque que o governo federal vem promovendo à Dedicção Exclusiva. “Esse ataque busca flexibilizá-la, de modo que existam ainda mais possibilidades de complementações salariais, sobre as quais não vigorem quaisquer garantias de pagamento futuro, ou de manutenção após a aposentadoria. É por isso que a campanha salarial do ANDES-SN deste ano tem o mote 'apenas uma linha no contracheque'”, explicou.

Ciro Correia reforçou que a luta pela manutenção do pagamento integral da URP para os docentes da UNB está ligada à luta pela autonomia das instituições de ensino superior para cumprirem seu papel institucional, que é uma bandeira histórica defendida pelo Sindicato Nacional. Está, também, ligada a outra luta histórica do sindicato docente, pela isonomia da remuneração entre os docentes. **Fonte: ANDES - SN**

ANDES-SN, FASUBRA E SINASEFE SE REÚNEM PARA DISCUTIR EDUCAÇÃO

Representantes do ANDES-SN, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras – FASUBRA e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE se reuniram, na sede do ANDES-SN, no dia 18/9, para definir estratégias conjuntas de atuação nas lutas pela melhoria da educação brasileira.

A reunião foi um dos encaminhamentos sugeridos na última reunião ampliada da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais – CNESF. De acordo com professor Luiz Henrique Schuch, que foi um dos representantes do ANDES-SN na reunião, foram sinalizadas várias possibilidades de articulação e atuação conjunta em torno da temática prioritária para os trabalhadores federais em educação.

Os presentes discutiram a possibilidade de construção de uma agenda comum às três entidades, que abarcaria temas como reforma universitária, fundações estatais, seguridade social, carreira e orçamento das instituições federais de ensino superior, entre outros. Propuseram também a articulação entre os grupos de trabalho das entidades, que tratem de temas como educação, seguridade e carreira.

Os representantes das entidades cogitaram também a possibilidade de realizar um seminário conjunto ainda este ano para discutir os temas relacionados à Educação, além de proporem uma atuação conjunta frente ao Congresso Nacional para defesa dos interesses das categorias, entre outras frentes de atuação. As idéias serão levadas às direções das entidades e voltarão a ser discutidas em reunião conjunta prevista para a próxima quinta-feira (24/9), às 10 horas, na sede do ANDES-SN.

SEMINÁRIO DEBATE CARREIRA DOCENTE E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

ANDES/SN promoveu, no dia 09 de outubro de 2009, às 14 horas, na sede da ADUFMAT, um debate sobre Carreira Docente e Dedicção Exclusiva. Na ocasião estarão presentes o presidente do ANDES, professor **Ciro Teixeira** e o Secretário Geral do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, **Duvanier Paiva**.

Em debate a carreira Docente e a Dedicção Exclusiva

SEMINÁRIO

CARREIRA DOCENTE E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Com a participação de **Duvanier Paiva**
Secretário Geral do Ministério do Planejamento e Gestão
e **Ciro Teixeira**, Presidente do ANDES-SN

9 DE OUTUBRO DE 2009 14 HORAS
SEDE DA ADUFMAT

INFORMAÇÕES: 3861 4200, 3861 4201
adufmat@ma.gov.br

ANDES-SN CONVOCA A SUA BASE PARA DISCUTIR CARREIRA DOCENTE

Nos dias 09 e 10 de Outubro de 2009, o ANDES-SN, realizou um Seminário Nacional sobre Carreira Docente na cidade de Montes Claros – MG. Na ocasião foram discutidos os seguintes temas: Estrutura da Carreira, Ingresso, Regimes de Trabalho, Remuneração, Progressão e Promoção, Avaliação de Desempenho e Enquadramento dos Aposentados.

ANDES - SN debate a Estrutura da Carreira Docente.

seminário nacional
CARREIRA DOCENTE

09 e 10 de outubro
(11 de outubro - encontro das estaduais)

Campus Prof. Darcy Ribeiro / Montes Claros - MG
Horários: 09:30 - 12:00 e 13:30 - 16:00 / 13:30 - 16:00 e 16:30 - 19:00

estrutura •
ingresso •
regimes de trabalho •
remuneração •
progressão e promoção •
avaliação de desempenho •
enquadramento dos aposentados •

ANDES - SN debate a Estrutura da Carreira Docente.

COMISSÃO DO SENADO APROVA PROJETOS QUE FAVORECEM EDUCAÇÃO PRIVADA

A Comissão de Educação – CE do Senado aprovou na manhã desta terça-feira (8/9) dois projetos de lei que beneficiam o setor privado da educação, em detrimento do público: o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 8/2007, que concede isenção fiscal da contribuição social para financiamento da seguridade social (Confins) às instituições de ensino básico privadas, e o PLS nº 145/2009, que amplia o limite de dedução dos gastos com educação da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Representantes da diretoria do ANDES-SN acompanharam as votações dos projetos que seguem agora para a Comissão de

Assuntos Econômicos, onde serão apreciados em caráter terminativo.

No caso do PLS nº8/2007, de autoria do senador Francisco Dornelles (PP/RJ), foi aprovado por unanimidade o substitutivo apresentado pelo relator, o senador Marco Maciel (DEM/PE), que propôs que a isenção da Confins fosse destinada apenas às escolas privadas do ensino básico sem fins lucrativos, ao contrário do projeto original, que previa isenção para todas as instituições privadas de ensino e pesquisa. Conforme Maciel, as instituições privadas de educação e pesquisa de nível superior já recebem incentivos governamentais por meio do Prouni.

ADUFERPE SEDIA O I ENCONTRO TEMÁTICO DA REGIONAL NORDESTE II.

A ADUFERPE – Seção Sindical do ANDES – SN, sediou nos dias 28 e 29 de agosto/2009, o I ENCONTRO TEMÁTICO DA REGIONAL II do ANDES – SN. Na abertura do evento tivemos uma palestra proferida pela professora da UFRJ, Janete Luzia Leite, 2ª Secretária da Regional Rio de Janeiro, intitulada “SEGURIDADE SOCIAL ENQUANTO DIREITO DO TRABALHADOR E A SITUAÇÃO DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR”, seguida de um debate. Os seminários temáticos foi uma proposta da diretoria da ADUFERPE e visa discutir questões específicas de cada uma das seções sindicais na abrangência da regional II que abrange os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande de Norte.



Professora Janete Leite da UFRJ

ARTICULAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL PREVÊ A REEDIÇÃO DE NOVAS PEC's

Juvenal Theodozio Lopes Fonseca

Estão circulando no Congresso Nacional, várias PEC's que são de suma importância para o Funcionalismo Público Federal, e a ADUFERPE como não poderia deixar de ser, se encontra atenta na tramitação das respectivas matérias, dentre elas estão:

A matéria que trata da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) de número 210/2007, de autoria do Deputado Regis de Oliveira (PSC-SP), que **restabelece** o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras de Magistratura e do Ministério Público, encontra-se pronta para apreciação em Plenário na Mesa da Câmara dos Deputados Federais, dependendo somente do Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer (PMDB-SP).

Esta matéria é de suma importância para todo o Funcionalismo Público Federal, tendo em vista que, caso aprovada para uma categoria funcional específica, poderá abrir precedentes jurídicos para as demais carreiras do funcionalismo federal.

Da mesma forma, encontra-se em tramitação a PEC – 555/2006, que procura **revogar** o artigo 4º da EC (Emenda Constitucional) nº 41 de 2003, que instituiu a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas, tendo a sua revogação, já sido aprovada pela CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania) da Câmara em outubro de 2007, aguardando desde então, que o Presidente da Câmara dos Deputados autorize a instalação de Comissão Especial destinada a análise da matéria.

Outra PEC de suma importância é a de número 270/2008, de autoria da Deputada Andréia Zito, do PSDB-RJ, nesta, procura-se a inserção do parágrafo 9º do artigo 40 da Constituição Federal do Brasil (CFB), que garante ao servidor público que se aposentar por invalidez permanente o direito de perceber os seus proventos integrais e com paridade.

É a ADUFERPE, sempre de olho nas informações que interessam aos seus filiados, procurando sempre buscar novas conquistas e assumindo novos desafios.

IMPOSTO DE RENDA

Já o PLS nº 145/2009 foi aprovado com um voto contrário, do senador Cristovam Buarque (PDT/DF). O projeto prevê que o limite para dedução de gastos com educação do imposto de renda seja ampliado para R\$ 5,7 mil. “Não me sinto confortável em aprovar um projeto que amplia tanto o investimento público na educação da parcela mais rica da população, sendo que os investimentos públicos para as camadas mais pobres, que são de cerca de R\$1,4 mil por pessoa, sofreram uma redução recentemente”, justificou Cristovam Buarque.

A Comissão remeteu para a próxima sessão, marcada para o dia 15/9, o exame do PLS nº 585/2007, que altera o artigo da Lei nº 10.861, de 14/6/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, apresentado pelo senador Gilvam Borges (PMDB/AP), com a justificativa de fortalecer a fiscalização do poder executivo sobre as instituições de educação superior no sistema federal de ensino. Fonte: ANDES – SN.

RESISTÊNCIA POLÍTICA

A legislação federal pressupõe a valorização dos profissionais da educação como elemento essencial à qualidade do ensino ofertado e prevê aporte financeiro da União aos municípios que não conseguirem cumprir o compromisso apenas com o dinheiro do Fundeb - principal fonte de recursos para pagamento dos salários dos profissionais da educação.

Entretanto, os governos do RS, SC, PR, MS e CE, com o apoio de SP, MG, TO, RR e DF ingressaram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4167) contra o Piso. Para a CNTE, “é essa visão reacionária, que há séculos insiste em manter apartheids sociais, educacionais e econômicos em nosso país, que precisamos vencer nessa árdua e longa luta pelo piso e por uma sociedade justa, fraterna e democrática”.

APENAS 1% DAS UNIVERSIDADES AVALIADAS PELO MEC TIVÉRAM CONCEITO MÁXIMO

Apenas 21 entre as 2 mil instituições de ensino superior avaliadas em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC) obtiveram nota máxima no Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC). O indicador, que foi divulgado pela primeira vez no ano passado, atribui notas às faculdades e universidades, levando em consideração a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. De acordo com a pontuação, as instituições são classificadas em faixas que vão de 1 a 5.

Entre as universidades com a maior avaliação (IGC 5), 11 são públicas e dez privadas. A nota mais alta ficou com a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), do Rio de Janeiro, que é particular. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que é federal, ficou com o segundo lugar, seguido pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp), estadual. Em último lugar no ranking (com IGC 1), está a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Maceió (Fama), que é privada.

De acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, o IGC foi criado para subsidiar o trabalho das comissões que fazem as avaliações in loco nas instituições. Se a visita confirmar as condições inadequadas da oferta de ensino nas instituições que obtiveram IGC 1 e 2, elas podem sofrer sanções que incluem o descredenciamento.

“Dependendo da gravidade da situação, ela pode ter o número de vagas reduzidos nos cursos deficientes, a suspensão temporária ou definitiva do processo seletivo e, em último caso, o descredenciamento da instituição”, explicou.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Reynaldo Fernando, ressaltou que as medidas de saneamento só são aplicadas se a visita in loco confirmar o IGC 1 ou 2.

“Independente dos aspectos de regulação, o IGC tem uma função fundamental que é orientar o público sobre a qualidade do ensino oferecido em cada instituição”, ponderou.

LUTA SECULAR

Conforme informações do Jornal Mural da CNTE, os trabalhadores em educação do Brasil lutam pela implantação do piso salarial profissional nacional (PSPN) desde 1827. O ano marca a promulgação da 1ª Lei Geral da Educação, que previu a instituição de piso para os professores das primeiras letras, de todas as Províncias do Império, entre \$300 mil e \$ 500 mil réis anuais.

Contudo, o Imperador Dom Pedro I não dispôs de nenhuma ajuda financeira do Poder Central às administrações descentralizadas, e estas, alegando insuficiência de recursos, não cumpriram a Lei.

Depois de 181 anos, o Congresso Nacional aprovou e presidente da República sancionou, em 16 de julho de 2008, a Lei 11.738, que instituiu o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, fixado em R\$ 950.

POSIÇÃO DO ANDES-SN

O ANDES-SN tem defendido, historicamente, a adoção de um piso nacional salarial para os professores da educação básica muito superior aos R\$ 950 aprovados pelo governo.

Em 22 de dezembro de 2008, após o STF julgar pedido de liminar da ADI 4167, a diretoria do Sindicato Nacional publicou uma nota em que expressa suas preocupações com a posição adotada pelos ministros do Tribunal.

Segundo a nota, apesar de manter a adoção do piso para 1º de janeiro, a decisão do STF suspendeu o dispositivo da lei que determinava que pelo menos um terço da jornada de trabalho do professor deveria ser reservado para atividades fora da sala de aula.

“Essa suspensão pode sinalizar falta de conhecimento pleno sobre a complexidade do trabalho docente, por este motivo consideramos conveniente tornar pública nossa preocupação antes que a ADI 4167 seja julgada em definitivo”, diz o documento. Fonte: ANDES – SN.

ANDES-SN PARTICIPA DE DIA NACIONAL DE LUTA PELO PISO SALARIAL NACIONAL

O ANDES-SN participou, na quarta-feira (16/9), do ato público em protesto pelo não cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional dos professores da educação básica, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, como atividade do Dia Nacional de Luta pelo Piso Salarial Nacional.

O ato foi realizado às 14 horas, em frente ao Supremo Tribunal Federal – STF. Em seguida, os educadores realizaram novo ato público no Ministério da Educação. Após o ato diretoria da CNTE foi atendida pelo ministro Fernando Haddad.

Do total das instituições avaliadas, 884 (44%) obtiveram IGC 3, considerado razoável. Dezoito instituições ficaram com IGC 1 e 570 com IGC 2, considerados ruins, o que representa quase 30% do universo de entidades avaliadas. Cento e vinte instituições ficaram na faixa 4 do IGC.

Mais de 300 instituições ficaram sem conceito porque não houve participação mínima dos alunos de alguns cursos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A nota da prova é um dos fatores que compõem o Conceito Preliminar de Curso (CPC), utilizado para o cálculo do IGC. O CPC também leva em conta as chamadas “variáveis de insumo”, que consideram corpo docente, a infraestrutura e o programa pedagógico.



INFORME JURÍDICO

DECISÃO DO STF OBRIGA UNIÃO A REAJUSTAR O AUXÍLIO-REFEIÇÃO DOS SERVIDORES FEDERAIS DO AMAPÁ.

O ministério do Planejamento vai ter que cumprir determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) e reajustar o auxílio-refeição de aproximadamente 22 mil funcionários públicos federais no Amapá. O reajuste vai passar de R\$ 133 para R\$ 400, mas só será incorporado no contra-cheque a partir do pagamento de julho. Vão ser beneficiados funcionários do ex-Território do Amapá, hoje a disposição do governo do Estado, e os que pediram redistribuição para órgãos federais com representatividade em Macapá: Ibama, Correios, DRT, Data-SUS, da Agricultura, Funasa, Incra e outros. O secretário do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, afirmou que o auxílio-refeição dos servidores das universidades será reajustado em 2010 sem, entretanto, adiantar o novo valor nem a data que isso ocorrerá. A assessoria jurídica da ADUFERPE está analisando esta decisão do STF. Fonte: Jornal do Dia.

ANDES-SN CONQUISTA REGULAMENTAÇÃO DE INSALUBRIDADE

O ANDES-SN obteve, recentemente, uma importante conquista com o julgamento pelo STF do Mandado de Injunção nº 880 que regulamenta a contagem de tempo especial para servidores públicos. Essa contagem se refere aos servidores públicos que trabalham em condições insalubres, após a edição do RJU, a partir de 1990. A questão já estava pacificada para os servidores regidos pela CLT de períodos anteriores, mas entendiam os magistrados das instâncias inferiores que a questão carecia de regulamentação para os servidores públicos. O STF entendeu que vale também para os servidores públicos, de conformidade com a Lei 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social), que rege as aposentadorias do setor privado, mais particularmente os dispositivos constantes nos artigos 57 e seguintes. Isso poderá, conforme o caso, implicar em recontagem do tempo para quem já se aposentou, obtendo as vantagens que estavam sendo negadas. A ADUFERPE esteve presente no Seminário Nacional sobre Previdência nos dias 13 e 14/09, organizado pelo ANDES/SN.

ATENÇÃO

Os professores que se aposentaram de acordo com o art. 192, da Lei 8.112/1990 – RJU devem verificar se ocorreu reajuste em seu contracheque no item referente a diferença de proventos. Maiores informações e esclarecimentos procurar o professor Juvenal Fonseca, vice-presidente da ADUFERPE.

Expedito Bandeira de Araújo Júnior
Advogado OAB/PE 11.200
e-mail: expeditobandeira@yahoo.com.br
telefones: (81) 9127.1707 e (81) 3243.5221

SOCIAL

PROJETO DO ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER DA ADUFERPE

O Professor Nilson Felix da Silva, Especialista em Ciências do Esporte, lotado no DLCH, apresentou projeto a atual diretoria da ADUFERPE, visando a implementação de uma área de lazer nas dependências do nosso sindicato. A proposta tem por objetivo, melhorar a qualidade de vida dos nossos sindicalizados, onde, seriam oferecidas atividades físicas com acompanhamento profissional, movimentos culturais, salão para jogos, sinuca, totó, lanchonete, etc. Tudo para oferecer uma melhoria na qualidade de vida dos nossos filiados. O projeto deverá ser apreciado na próxima assembléia geral da ADUFERPE.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO DAS CIÊNCIAS

A ADUFERPE. S-SIND, está ultimando os preparativos para o lançamento da Revista de Educação e Ensino das Ciências (REEC). Neste primeiro momento o Professor Ademir Gomes Ferraz ficou com a responsabilidade de participar de um curso de editoração da revista. O curso foi aberto e enviamos e-mail para todos os filiados, pois havia a necessidade de, pelo menos, cinco pessoas para entender como funciona cada elemento do ambiente e, depois, passar para outras.

No caso necessitávamos, naquele momento, de uma pessoa destinada a ser Editor Gerente, outra destinada a Editor, outra destinada a Editor de Texto outra a avaliador. No momento, para um ótimo funcionamento da revista necessitamos de: dois Editores Gerentes, quatro Editores, seis editores de texto. Não há um número para Avaliador. Quanto mais, melhor.

A revista é uma resposta, não em termo de desagravo, a revista voltada para as ciências agro-pecuárias da UFRPE. Ou seja: Oferecemos possibilidade para que colegas de outras áreas de conhecimento possam colaborar seja com a estrutura, seja com a submissão de artigos, resenhas, resumos, etc. Assim há a abertura para submissão de textos acadêmicos no âmbito da Educação de modo geral, do Ensino de: Física, Matemática, Química e Biologia. Neste momento a revista está hospedada fora do site da UFRPE em www.reec.com.br.

Alguns professores, nove doutores entre recentes doutores e doutores com grande produção acadêmica como é o caso dos professores José Manuel Moran (USP), Mérciles T. Moretti (UFSC), Marcelo Câmara (UFPE), Verônica Gitirana (UFPE), e André Marques (UFPE), entre outros, se prontificaram a participar da revista. Para nós, ainda que estejamos sobre carregados na tarefa de estabelecer as diretrizes da revista e sua adequação de configuração, é uma alegria ao tempo que foi com grande surpresa que recebemos vinte e cinco respostas positivas ao nosso chamamento. Não foi surpresa, infelizmente, havermos recebido apenas uma resposta positiva de colegas da UFRPE: A professora Zélia Jofili. Mas ainda estamos no aguardo, pois necessitamos de vários passos.

Podemos dizer que, se em dez dias tivemos este número de professores disponibilizando seu tempo, a revista terá sucesso indiferente dos incrédulos de plantão que sempre existem em qualquer iniciativa. Em particular neste caso de uma revista que nascer de uma Seção Sindical onde, ainda se pensa, que Sindicato e rua, pau e pedra não se concordando com a pretensão plural de uma revista que, em tese, não tem enquadramento ideológico e político-partidário. Dizemos em tese porque temos a consciência de que a ciência não é neutra. Como diz Ozaí: “O debate acadêmico não pode ser autêntico e dinâmico se estiver prisioneiro dos *ismos* e da miopia política ideológica dos que se imaginam senhores da verdade, amparados em seus castelos de areia construídos dogmaticamente”

A Revista pode se tornar instrumento de um só cântico político-

ideológico, pois isso depende da participação. Evidentemente se os conservadores, e apenas eles, submetem artigos, a “cara” da revista será conservadora indiferentemente do pensamento dos Editores. Por outro lado, se só os defensores de uma política equânime, que diminua as desigualdades sociais, dela participarem, a revista terá esta feição. Assim o corpo editorial da revista não se vê na função de converter ninguém.

Por entendermos ser a realidade muito mais complexa do que os pensamentos puristas desta ou daquela linha científica e que, em regra geral, há muita dificuldade de não doutores e não mestres, submeterem seus artigos, abrimos um segundo elemento, com regras e normas distintas da revista. É o Jornal Eletrônico da ADUFERPE. No caso do jornal, ainda não aportamos um revisor. É importante salientar que o revisor do Jornal, ou os revisores, não impõe censura de idéias, mas vão impor censura de linguagem no sentido de não aceitamos palavras de baixo calão ou, usualmente ouvida nos campos de futebol e nas mesas de bares. Assim, a liberdade de expressão tem seus limites impostos pela decência assim com, pelo lado inverso, “a pluralidade democrática prescinde dos preconceitos e dogmatismos”. São necessários coragem e esforço comum tanto para a crítica como para a autocritica; e também

para estar sempre disposto a trocar idéias e polemizar.

Por tudo isso, as posições político-ideológicas individuais não expressam o coletivo da revista nem do Jornal uma vez que não é um instrumento organizacional, é um instrumento que serve a produção de idéias sejam elas de esquerda ou de direita. A realidade é que “os ventos que sopram em nossa época exigem posicionamentos. Uma teoria crítica não será crítica se utilizar o biombo da propalada neutralidade científica”.

Em particular, o Jornal se presta a acatar o debate em torno das idéias (e não das pessoas). Por isso não aceitamos a postura, inconseqüente, de que, na democracia, tudo é permissível. Se assim o fosse teríamos de permitir conteúdos racistas, sexistas ou que firam a integridade das pessoas.

Finalmente, embora adotemos uma Revista Acadêmica, fazendo nossas as palavras de Ozaí, “não nos restringimos apenas ao meio acadêmico. Procuramos superar o academicismo e estabelecer vínculos com os movimentos sociais. Afinal, uma revista que se pretende crítica, não cumprirá seu objetivo se reduzir a teoria à pura abstração diletante”.
Ademir Gomes Ferraz. Editor Gerente

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3		4	5	6
7			8	9		
10		#	11			
	12	13	#	14		
	15		16	#	17	
18				19	#	20
22					23	
24					25	

VERTICAIS: 1- Gênero de árvores bignoniáceas do Brasil; 2 - O mesmo que triplo; 3 - Interjeição de dor; 4 - Imaginação; 5 - O ser que pensa; 6 - Apêndice para voar; 8 - vossa alteza; 9 - Sapo amazônico; 13 - Girem; 16 - Rio da Suíça; 18 - Instrumento de padejar (pl); 19 - Soberano egípcio; 21 - Emprega; 23 - Nota musical.

HORIZONTAIS: 1 - Cidade do Estado de São Paulo; 4 - Autor: Prof. Sérgio Wladimir de Siqueira (1969)

Raiva; 7 - Desapropriada (PL); 10 - O mesmo que eu; 11 - Espécie de palmeira; 12 - Sigla do Paraná; 14 - Int. o mesmo que ah!; 15 - Apologia; 17 - escumilha; 18 - Frade; 20 - Despido; 22 - amolada (pl); 24 - Filho de Noé; 25 - Folha de palma.

RESPOSTA DO NÚMERO ANTERIOR

¹ R	E	² A	³ L	##	##	⁴ C	⁵ E	N	⁶ A
0	##	⁷ T	O	⁸ S	⁹ C	A	R	##	S
¹⁰ S	¹¹ E	##	¹² T	A	R	A	##	¹³ A	C
¹⁴ A	L	¹⁵ A	##	¹⁶ R	E	##	¹⁷ E	L	O
##	¹⁸ I	T	A	##	##	¹⁹ O	L	A	##
²⁰ E	T	A	##	²¹ P	o	##	^{23A} D	²⁴ E	R
²⁵ R	E	##	²⁶ A	R	I	²⁷ A	##	²⁸ o	R
M	##	²⁹ A	C	A	L	M	³⁰ A	##	R
³¹ O	R	L	A	##	##	³² A	S	N	O

Autor: Prof. Sérgio Wladimir de Siqueira (1969)

HOMENAGEM

Ao dia do Professor



“Mais importante que ter opinião é saber construí-la. Mas ninguém aprende isso sozinho. Quem nos ensina é o professor. Na UFRPE, o professor não só se dedica à formação do conhecimento, mas nos inspira a ir além. Valorizar o professor é valorizar o conhecimento de seus alunos e de nosso país”.

Expediente



NÃO JOGUE ESTE PAPEL NA VIA PÚBLICA

Este INFORMATIVO é uma publicação trimestral e de responsabilidade da Diretoria da ADUFERPE.

Presidente: Cícero Monteiro de Souza; Vice-Presidente: Juvenal Theodózio Lopes Fonseca; Secretário-Geral: Sérgio Wladimir de Siqueira; 1º Secretário: José Pompeu dos Santos Filho; Tesoureiro-Geral: Arthur Roberto Lapa de Carvalho; 1º Tesoureiro: Hélio Cordeiro Manso; Diretor de Formação Sindical: Valdemiro Amaro da Silva Junior; Diretor de Comunicação e Divulgação: Maria das Graças Felix Barbosa; Diretor Sócio-Cultural e Esportivo: Wallace Rodrigues Telino Júnior.

Design Gráfico: Luiz Angelo Jr.; **Impressão gráfica:** AGR Grafica Fone: (81) 3449.1872; reprodução dos textos é permitida desde que seja citada a fonte. Distribuição gratuita.